

A FORMAÇÃO DO DOCENTE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM FRENTE À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.

*(The teacher training in teaching process learning across from the inclusion of
students with intellectual disabilities)*

**Carlos Medeiros Monteiro
Jussara Jane Araújo Sales
Rosa Janisara Araújo Sales
Takechi Gomes Nakazaki**

Páginas 66-74

Fecha recepción: 22-12-2015

Fecha aceptación: 22-12-2015

Resumo.

A Educação da criança com deficiência tem seus avanços gradativamente e é atualmente um dos maiores desafios para os professores. O ponto fundamental nesse processo de constituição de escolas inclusivas é a formação dos professores. Ao oferecer subsídios para a identificação e o planejamento das atividades educacionais dos alunos com deficiência, o professor faz com que haja o reconhecimento e a promoção dos seus potenciais. Nessa perspectiva, o curso de formação que ora se vivencia, torna-se um componente importante no cenário, pois oferece as informações necessárias para prática pedagógica. O professor que leciona para alunos com deficiência mental deve ser além de professor, ele deve ser um pesquisador para atualizar-se constantemente na área dos aspectos cognitivo e sócio afetivo para desenvolver um bom trabalho em sala de aula com esses alunos com Deficiência Mental.

Palavras-chaves: Inclusão Escolar, Deficiência Mental, Formação Docente.

Abstract.

The child of Education with disabilities has his advances gradually and is currently one of the biggest challenges for teachers. The fundamental point that inclusive schools constitution process is the training of teachers. By offering subsidies for the identification and planning of educational activities of students with disabilities, the teacher means that there is the recognition and promotion of their potential. From this perspective, the training course that is now experiencing, it is an important component in the scenario because it provides the necessary information for pedagogical practice. The teacher who teaches for students with mental disabilities should be beyond teacher, it must be a researcher to update constantly in the field of cognitive and affective aspects partner to develop a good job in the classroom with those students with mental retardation.

Key words: School Inclusion, Intellectual Disability, Teacher Training

Introdução.

A educação é considerada como a condutora do conhecimento para a formação humana, dela se faz um espaço público para o qual devem convergir as propostas que reconciliem a escola com a sociedade e desta com a escola. Por assim ser, deve a educação aceitar a inclusão de todos como sujeitos de sua autonomia, na manutenção de suas crenças, valores e individualidade. A escola, entretanto existem em função do aluno. E neste meio está o professor, e o ensinar constitui a atividade principal na profissão do docente. O professor, em sua formação acadêmica, deve aprender sobre as diferenças, o diferente de todas as questões sociais, políticas e econômicas inerentes à formação do aluno em sua essência, sendo esse aluno deficiente ou não.

Então, a formação do professor precisa ser repensada em diferentes níveis para que a educação das pessoas com necessidades educacionais permite aos professores reverem a sua própria formação para enfrentar a diversidade social e as diferenças de seus alunos. A busca de uma formação continuada é acima de tudo, uma transformação da cultura pedagógica, e é hoje a grande alavanca do docente desta época. Para isso relembremos alguns conceitos que são necessários para a inclusão, faremos um passeio pela conceituação da palavra e alguns documentos fundamentais que no decorrer do texto estaremos falando de cada um deles.

Para entendemos o que de fato é a Inclusão Escolar veremos abaixo o conceito de alguns autores e da Declaração de Salamanca.

O que diz a Declaração de Salamanca (1994, p. 61) sobre Inclusão Escolar:

O princípio fundamental da escola inclusiva é de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferentes que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmo diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar para que se lhes assegure uma educação efetiva [...]

Para Mantoan , (2007, p. 45) a inclusão é:

A inclusão é um desafio que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. [...] A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado.

Educação Inclusiva, segundo GUIMARÃES (2002, p.42), "Educação com igualdade e equidade: uma educação para todos, centrada no aluno e que atenda às necessidades educacionais especiais de todos, desde as diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas".

A educação é o caminho que temos para tonar diferente a realidade da exclusão para uma educação de qualidade, sem obstáculos para alunos com deficiências Intelectuais.

Declaração de Salamanca.

Foi na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que se produziram alguns documentos importantes para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca (Espanha), em junho de 1994, teve, como objeto específico de discussão, a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visão a inclusão social. Ela é resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída dos movimentos de direitos humanos que surgiram a partir das décadas de 60 a 70.

Nela, os países signatários, dos quais o Brasil faz parte, declaram:

- Todas as crianças, de ambos os sexos, tem direito fundamental à educação e que elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- Cada criança tem características interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;
- As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;
- Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas características e, necessidades;
- As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos.

Concepções do Ser professor para atuar na Escola Inclusiva.

A capacitação docente é um dos meios de começar a mudança na qualidade do ensino inclusivo. Então o ofício do professor não é, mais uma vocação e sim é uma profissão que requer transformações para trabalhar com a diversidade e ser educador, nesta nova dimensão significa comprometimento com essa nova realidade chamada inclusão.

Quando se trata da inclusão o professor deve este preparado para trabalhar com a diversidade valorizando as diferenças. Almeida (2007, p.336) ressalta que: "Formar

professor é muito mais que informar e repassar conceitos, são prepará-lo para outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando”.

Então vale ressaltar que o professor é uma ponte fundamental no processo da inclusão e é de fato que a inclusão traz em si um novo paradigma de educação, e com essa mudança espera-se um novo professor, que seja capaz de compreender e praticar a diversidade e que esteja aberto a práticas inovadoras.

Portanto, ser professor nesta nova dimensão significa comprometimento com a construção de um novo mundo, pois a escola hoje quer um professor preparado para construção do integral que seja ético, político e social.

Segundo Mittler (2003, p.184) O processo inclusivo é respeitar às diferenças e o professor nesta situação é um mediador por excelência.

Mas, o sucesso da escola inclusiva não depende unicamente do professor, dependerá de vários fatores como o contexto político e social e o contexto pedagógico que permitirão o acesso de alunos portadores de deficiências ou não em salas regulares.

A Educação Inclusiva no século XXI e a Formação do Professor.

A proposta de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Especial e no documento intitulado “A Formação de Professor para a Educação Especial”, divulgada pelo MEC/SEESP-Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria de Educação Especial sendo que o segundo documento afirma que:

1- Na formação inicial de todos os professores, em nível médio ou superior, incluindo teoria e prática acerca de necessidade educacionais especiais de alunos, que lhes possibilitem desenvolver processos de ensino e aprendizagem, em classes comuns de educação básica. Esta formação que trata também de alunos com necessidades especiais deve ser de caráter generalista, isto é deve completar as diferenças, as deficiências, a superdotação, na perspectiva de o professor saber reconhecer a existência de respostas educativas e buscar implementar os apoios pedagógicos demandados (MEC,200,p.4);

2- Na formação de professores de educação especial, em curso de licenciatura nível superior, orientados para o atendimento a uma categoria específica de necessidades; para apoio pedagógico especializado à escola, ao docente da classe comum, ao processo pedagógico e aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, (quer sejam elas temporárias ou permanentes) matriculados em escola de ensino regular, ou para docência em classes e escolas especiais da educação básica. Esta formação deve ocorrer preferencialmente associada ao processo de formação inicial dos professores de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental; ou em forma de complementação de estudo, para qualquer professor da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental; ou em forma de complementação de estudos, para qualquer professor da educação básica (Idem, p.5);

3- Na formação de professor dos professores e de outros profissionais especialistas no planejamento, na gestão e na supervisão da educação, em nível de pós-graduação, desenvolvimento estudos sobre as diversas áreas da educação especial, com a incumbência de atuar nos sistemas de ensino e de formar novos professores para o atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais, em todas os níveis de educação e particularmente, para atuação na educação superior (Idem, p.5)

No caso dos professores especializados em educação especial são assim reconhecidos aqueles aos quais cabe desenvolver competências para identificar as necessidades educacionais especiais; definir e programar respostas educativas a essas necessidades; apoiar o professor da classe comum; atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas.

Segundo as autoras Prioste, Raiça e Machado (2006) afirmam que o preparo do professor para educar alunos com deficiência mental envolve vários aspectos como:

- Consciência e compromisso com sua escolha profissional;
- Ampliação da visão acerca de processos excludentes na sociedade e na escola;
- Identificação de preconceitos sociais cristalizados no cotidiano e no próprio discurso;
- Embasamento teórico e flexibilidade para fazer adaptações da teoria e prática;
- Capacidade intuitiva de buscar dentro de si soluções para resolver questões do cotidiano;
- Credibilidade no potencial de desenvolvimento específico de cada educando;
- Conhecimento dos alunos, identificando habilidades prévias, interesses, motivações e limitações;
- Auto – reflexão acerca do relacionamento com os alunos e sobre as práticas pedagógicas;
- Reformulação contínua tanto das concepções teóricas, quanto do planejamento, buscando contemplar a singularidade de cada aluno;
- Percepção das aquisições apresentadas pelo aluno, ou seja, das transformações ocorridas em determinado período;
- Valorização de cada passo avançado pela criança, pois cada passo é uma vitória para ambas;
- Avaliação estruturada a partir do percurso individual, buscando sempre estabelecer novas metas que possam ser alcançadas pela criança. (p.48).

De acordo com as autoras, o preparo da escola também envolve aspectos relevantes, como gestão participativa que mobilize o grupo a refletir continuamente sobre os desafios da diversidade, montagem de equipes de apoio a professores, alunos e familiares.

A escola enquanto espaço social privilegiado de transmissão de valores, socialização de saberes deve, a partir dos desafios, buscar se constituir em um lugar de discussões, de inovação, dando oportunidade ao professor de compreender e participar ativamente da criação de um processo de escolarização com base nos princípios da inclusão. Por isso, mais do que transmitir informações a escola precisa ser um ambiente educativo que possibilite a busca pelo conhecimento, diante da diversidade nela vivenciadas. Sabe-se que os professores são fundamentais nos processos de mudança não só da escola, mas da sociedade como um todo, podendo contribuir, efetivamente, para a construção de um novo ensino e um novo sentido para a escola. Para que isto ocorra é preciso utilizar de estratégias que proporcionem participação ativa do professor no seu processo formativo, favorecendo o desenvolvimento profissional necessária para lidar com exigências impostas pelas reformas educacionais, buscando a sua prática à diversidade. Ou seja, é preciso novas alternativas de ensino, praticas pedagógicas inovadas.

A adaptações do currículo para os alunos com deficiência intelectual.

A deficiência intelectual incluso na escola representa um desafio às praticas pedagógicas para os professores pelo fato da dificuldade de se estabelecer um diagnósticos da deficiência e isto tem dificultado a inclusão no ensino regular.

Cabe à escola ser transformadora se preparar para aceitar a diversidade e não ser conservadora, mas que possa inovar práticas educativas para acolher a diversidade para ensinar a todos independente de sua deficiência. (PARÂMETROS CURRICULARES 1998, p.96/97).

É através do currículo que acontece às reflexões e as mudanças que acontece na escola e nas práticas pedagógicas. É o currículo que nos ditar o que devemos fazer ou não e em uma escola com alunos que tem DI, pois é preciso pensar na diversidade e neste sentido Rodrigues (2003) ressalta que:

[...] não se separam os alunos com base em determinadas categorias, mas em que se educam os alunos em conjunto, procurando aproveitar o potencial educativo das suas diferenças, em suma, um diferenciação na classe assumida como um grupo heterogêneo'.(P.92).

Já para Prioste, Raiça e Machado (2006) mencionam que o desejo de ensinar do professor e as estratégias usadas é de grande significados na aprendizagem da criança, que, as vezes, é percebida em curto prazo, mas certamente é fundamental ao longo da vida da pessoa com deficiência. O papel do professor como integrante da escola inclusiva e que nesta instituição esteja matriculado um aluno com DI, cabe ao professor a responsabilidade pelo ensino. A escola é compreendida como um lugar de socialização, de aprendizagem, de todos os alunos e deve se organizar para receber toda clientela, desenvolvido estratégias e praticas pedagógicas que possibilitem aprendizagens a cada um. Assim o grande desafio do professor deixar de lado práticas centradas em atividades de repetição e de memorização.

Assim, entendemos que adaptação curricular funciona como um instrumento, um guia para programar uma pratica educativa para a diversidade de uma escola e a inclusão do portador de deficiência mental representa uma grande mudança no currículo, uso de material adaptado, mudanças de método de ensino, mudança de

ideais dos professores do ensino regular em relação ao ensino de aprendizagem de portadores de deficiência mental e outras deficiências. Compreendemos que as práticas pedagógicas da educação inclusiva requerem do professor uma postura de atitudes novas do professor. É importante destacar que as atividades são feitas na sala de aula e devem ser extensivas a todos os alunos. Cabe ao professor favorecer e aceitar a diversidade nos ritmos, formas e estilos dos alunos ao executarem as tarefas. Neste caso sendo deficiente ou não o aluno poderá necessitar de adaptação curricular. Freitas (2008) destacar que além da formação do professor, ser considerada de suma relevância para uma nova escolar, outros fatores, como a existência de um currículo apropriado e flexível é fundamenta. Retoma, assim, o papel do professor atuante na escola comum que precisa “[...] reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, bem como acomodar diferentes potencialidades, estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando, com isso, uma educação de qualidade” (p. 24). É importante destacar que as atividades são feitas na sala de aula e devem ser extensivas a todos os alunos. Cabe ao professor favorecer e aceitar a diversidade nos ritmos, formas e estilos dos alunos ao executarem as tarefas. Mittler (2003) destacar a formação dos professores, o apoio de outros profissionais como alguns dos fatores capazes de melhorar a transformação das escolas atuais em escolas inclusivas. Defende, portanto, que “[...] ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão. Todos têm algo a aprender sobre ela” (p.183).

A mesma autora afirma que:

A inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional. Eles também merecem apoio dos seus diretores e das autoridades locais, assim como dos coordenadores de necessidades especiais da escola e dos serviços externos de apoio à escola. Isto deve ser expresso com clareza no plano de desenvolvimento da escola e na política de necessidades especiais (MITTLER, 2003, p. 36).

A Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica delinea as exigências que se colocam para o desempenho do papel docente frente às novas concepções de educação do mundo contemporâneo:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (MEC, 2000, p. 5)

A escola de hoje não é a ontem, a inclusão de alunos com deficiência intelectual é uma realidade e o professor precisa inovar suas práticas pedagógicas e para isso é preciso investir mais na formação continuada do professor, valorizar a pessoa do docente. No próximo capítulo falaremos sobre a formação do professor na educação

inclusiva e falaremos também de documentos importantes que norteiam a educação inclusiva e estaremos dando a conceituação de inclusão.

As adaptações do currículo para a inclusão.

No Brasil, a necessidade de se elaborar um currículo para a escola inclusiva foi oficializada a partir das medidas desenvolvidas junto à Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação através da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Neste documento define o conceito de adaptações curriculares. Para atender às exigências e necessidades das novas gerações, no entanto a escola precisa mudar repensar suas práticas e enfrentar novos desafios, incluindo o respeito às diferenças. Para que se coloquem em prática os princípios norteadores da Lei de Diretrizes e Base da Educação vigente, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Fundamental elaboraram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Os PCNs foram elaborados tendo como diretrizes: auxiliar os professores na condução das práticas pedagógicas e melhorar a qualidade de aprendizagem dos alunos. Sem caráter obrigatório, os PCNs constituem um instrumento pedagógico que oferece alternativas de aperfeiçoamento do trabalho docente, auxiliando na elaboração e na execução do projeto pedagógico da escola, assim como na revisão das propostas curriculares e na definição dos critérios de avaliação dos sistemas municipais e estaduais de ensino. Em relação à Educação Inclusiva, os PCNs trazem uma proposta que propõem estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais através de adaptações curriculares. Baseiam-se no pressuposto de que as adaptações curriculares podem atender a necessidades particulares de aprendizagem dos alunos. Focalizado no direito de acesso à escola e visando à melhoria da qualidade de ensino e à aprendizagem para toda a escola, enquanto voltada à diversidade, busca consolidar o respeito às diferenças, não como obstáculo, mas como fatores de enriquecimento. Vale ressaltar que o currículo é central para a escola e associa-se à própria identidade da Instituição escolar, à sua organização e funcionamento e ao papel que exerce.

Considerações Finais.

A Educação Inclusiva é um processo que implica mudança de paradigma educacional. Hoje a inclusão escolar leva em consideração a diversidade da cultura. Ela beneficia todos os alunos com e sem deficiência. Para que haja a admissão de deficientes em classes regulares, acredita-se ser necessária a capacitação do professor que se propõe a fazer parte do processo inclusivo, bem como a redefinição da posição da instituição educacional. Esta, por sua vez, deverá ter uma visão de transdisciplinar do curricular em que o saber deverá ser acessível à assimilação, identificado pelo que é comum entre as disciplinas sobre um aspecto criativo e estruturado, para autonomia possa ser alcançada. O professor, frente a esta nova proposta, deverá ainda abandonar a postura de um disseminador de conhecimento para assumir uma nova postura, a de promotor do desenvolvimento individual e grupal, tendo como referência a formação da pessoa humana. Portanto, o seu papel será o de ajudar na construção do indivíduo, sem a preocupação primordial em

definir o nível de capacitação de cada um, mantendo-se atualizado e preparado, com autonomia suficiente para desenvolver ele próprio seu trabalho com o aluno.

Referencias bibliográficas.

- BRASIL.(2005) *Saberes e práticas da inclusão. Recomendações para a construção de escolas inclusivas.* Brasília, MEC/SEESP.
- BRASIL. (2001) *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Brasília: MEC.
- BRASIL. (2002) *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. A formação do professor para a educação especial.* Brasília.
- BRASIL. (1998) *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial - Secretaria de Educação Básica. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares.*
- BRASIL. (1998)– *adaptações curriculares: estratégias de ensino para educação de aluno com necessidades educacionais especiais.* Brasília, MEC/SEF/SEESP. Parâmetros curriculares Nacionais
- BRASIL.(2002) *Proposta de diretrizes curriculares para os cursos de educação especial. Curso de licenciatura em educação especial.* Brasília.
- BRASIL. (2007) *SEESP/SEED/MEC. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado –Deficiência Mental –Brasília/DF.*
- Darcy, Raíça; PRIOSTE, Claudia; MACHADO, Maria Luisa Gomes. (2006) *10 questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental.* São Paulo: Avercamp.
- Educação Inclusiva. (2004) v.1 : *a fundamentação filosófica / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha.* – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- Freitas S. N. (2008) *Sob a ótica da diversidade e da inclusão: discutindo a prática educativa com alunos com necessidades educacionais especiais e a formação docente.* In: FREITAS, S. N. (Org.). *Tendências contemporâneas de inclusão.* Santa Maria: UFSM.
- Guimarães A. (2003) *Inclusão que funciona.* Revista Nova Escola, São Paulo.
- Montoan M.T.E. (2004) *Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva.* IN:GAIO, Roberta e MENEGHETTI, Rosa G. KROB (Orgs). *Caminhos pedagógicos,* RJ: Voze.
- _____. Maria Tereza Eglér. (2003) *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer* São Paulo: Editora Moderna.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2007) *Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão.* Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf. Acesso em: 08 nov.2015.
- Mittle-Peter. (2003) *Educação inclusiva: contextos sociais.* Tradução: : Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre.
- Prado, M. E. B. B.; Freire F. M. P. (2001) *A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional.* In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs) *Aprendendo para a Vida: os computadores na Sala de Aula.* São Paulo: Cortez.
- Rodrigues-David. (2003) *Dez ideias (mal) feitas sobre educação inclusiva.* In: *inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação Inclusiva.* David Rodrigues (org).- São Paulo:Summus.
- UNESCO. (1994) *Declaração de Salamanca: Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, em 7-10 de junho de 1994.* Genebra: UNESCO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 nov.2015.